MALKA Y NEGRI
advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 033

22 de abril de 2020

Manhã

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
TJRJ	Decisão Judicial - processo nº 0079037-73.2020.8.19.0001	O Juízo da 5º Vara de Fazenda Pública negou o pedido formulado pelas empresas integrantes do grupo MULTIPLAN, em sede de liminar, para autorizar a reabertura do BARRASHOPPING e do NEW YORK CITY CENTER durante o período de vigência do Decreto Estadual que determinou o fechamento de todos os shoppings.
	Notícia – Presidente do TJRJ anuncia que prazos processuais físicos estão suspensos até 15/5, mas eletrônicos tramitam a partir de 4 de maio disponibilizada 21.04.2020	O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Claudio de Mello Tavares, anunciou nesta terça (21/4) que o TJRJ vai cumprir a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (314/2020), que prorroga a suspensão dos prazos para os processos físicos e a adoção do regime de teletrabalho até o dia 15 de maio, em função da pandemia provocada pelo coronavírus. Já os processos eletrônicos terão os prazos retomados no dia 4 de maio. A norma do CNJ foi publicada na segunda-feira (20/4). Um novo Ato Conjunto deve ser publicado nos próximos dias com os detalhes do funcionamento do Tribunal.
	Notícia – TJRJ divulga produtividade de 12/4 a 19/4 disponibilizada 20.04.2020	Na semana do dia 12 (segunda-feira) a 19 de abril de 2020 (domingo), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro atingiu um número recorde de decisões, despachos e atos cumpridos por servidores desde o início da adoção do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência em razão do distanciamento social necessário por causa da pandemia do novo coronavírus. Foram proferidas 43.043 decisões (41.293 no primeiro grau e 1.750 no segundo grau), e realizados 109.287 despachos (103.459 no primeiro grau e 5.828 no segundo grau), além de 1.159.043 atos cumpridos por servidores (1.093.859 no primeiro grau e 65.184 no segundo grau).
	Aviso 38 de 2020 publicado 24.04.2020	Trata do procedimento a ser adotado pelos serventuários para expedição de mandados de pagamento, especificamente que “Os mandados de pagamento deverão ser expedidos, referencialmente, na forma eletrônica, com a finalidade para crédito em conta ou poupança em qualquer banco informado pelo beneficiário ou seu procurador de acordo com dados para crédito que forem informados através de petição, ou pelo convênio de autorização de

		crédito cadastrada pelos advogados no site da OAB/RJ.”.
ERJ	Notícia – Distribuição de cestas básicas do Mutirão Humanitário começa nesta quarta-feira disponibilizada 21.04.2020	O Governo do Estado começa a distribuir na quarta-feira (22/04) as cestas básicas do programa Mutirão Humanitário, que vai atender a quase 1 milhão de famílias. Os primeiros beneficiados serão moradores de Queimados, na Baixada Fluminense. Dezoito mil kits com alimentos e material de higiene serão entregues a famílias do município que vivem em situação de extrema pobreza, pobreza ou baixa renda, e que estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).
	Notícia –Disque-Cidadania terá atendimento especial a mulheres em situação de violência disponibilizada 21.04.2020	Neste período de pandemia do novo coronavírus, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH/RJ) fortaleceu o atendimento remoto na sua rede de proteção social às mulheres em situação de violência. A partir desta segunda-feira (20/04), o Disque Cidadania e Direitos Humanos (0800 0234567) passa a contar com uma equipe especializada da Subsecretaria de Políticas para Mulheres para atendimento exclusivo a este público.
CNJ	Notícia – Corregedor fala sobre diretrizes para cartórios durante pandemia disponibilizada 20.04.2020	O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, participou na segunda-feira (20/4) do seminário “As Regras Emergenciais em Tempos de Covid-19”. Ele explicou as diretrizes para cartórios durante a pandemia do coronavírus. O evento, realizado por meio de videoconferência e transmitido pela TV Conjur, discutiu o papel dos sistemas de justiça na crise da pandemia, bem como as soluções apresentadas pelo PL 1.179/2020.
	Notícia – Aplicativo ajuda eleitor a checar suas informações junto à Justiça Eleitoral disponibilizada 22.04.2020	Com as recomendações de isolamento social da Organização Mundial de Saúde (OMS), as facilidades proporcionadas pelas tecnologias ganharam nova importância nesse momento de pandemia. E, às vésperas do prazo do fechamento de cadastro, previsto para ocorrer no dia 6 de maio, o e-Título, título de eleitor digital da Justiça Eleitoral, oferece um serviço fundamental aos eleitores. Podendo ser baixado em qualquer plataforma (Android e iOS), o aplicativo é gratuito e apresenta dados como: zona eleitoral, situação cadastral, além da certidão de quitação eleitoral e da certidão de crimes eleitorais, sem a necessidade de ir pessoalmente ao cartório eleitoral. Com o

		e-Título, o eleitor tem acesso ao seu histórico por meio da 'Certidão de Quitação,' que informa se o cidadão possui alguma pendência a ser sanada com a Justiça Eleitoral.
OAB	Notícia – OAB consegue linha de crédito especial para a advocacia disponibilizada 20.04.2020	A OAB Nacional fechou parceria com o Banco do Brasil (BB), nesta segunda-feira (20), para oferecer condições especiais e linhas de crédito com carências diferenciadas para a advocacia. A iniciativa visa minimizar os impactos financeiros que atingiram vários advogados em todo o país em razão da pandemia do novo coronavírus.
CONJUR	Notícia – Escola que oferece aula online e reposição não precisa dar desconto na mensalidade disponibilizada 22.04.2020	Com a quarentena e a crise econômica que assola o país, a mensalidade escolar é um problema que atinge boa parte das famílias brasileiras. A ConJur ouviu especialistas para saber o que é possível fazer do ponto de vista jurídico para amenizar as contas mensais e o que a escola precisa oferecer para cobrar o preço regular das mensalidades.
	Notícia – Advogados vão ao Supremo contra Bolsonaro por crime de responsabilidade disponibilizada 22.04.2020	Dois advogados foram ao Supremo Tribunal Federal para denunciar o presidente da República Jair Bolsonaro por crime de responsabilidade. O mandado de segurança foi ajuizado nesta segunda-feira (20/4) e distribuído ao decano, ministro Celso de Mello.
	Notícia – Justiça manda bancos suspenderem cobrança de parcelas de consignados disponibilizada 21.04.2020	O juiz Renan Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, determinou a suspensão das parcelas de créditos consignados por quatro meses. O juiz também determinou ainda que o Banco Central e a União impeçam as instituições financeiras de distribuir lucros e dividendos aos acionistas, diretores e membros do conselho além do percentual mínimo obrigatório. Isso é válido enquanto durar a pandemia do coronavírus, com data inicial de 20 de fevereiro.
	Notícia – MPT e MP firmam TAC com frigorífico gaúcho para proteger trabalhadores disponibilizada 21.04.2020	A Companhia Minuano de Alimentos, uma das maiores e mais tradicionais agroindústrias do Rio Grande do Sul, firmou termo de ajuste de conduta (TAC) com os Ministérios Públicos do Trabalho (MPT-RS) e Estadual (MP-RS). O objetivo do acordo é preservar a saúde e a segurança dos trabalhadores do frigorífico, considerando os níveis alarmantes de contaminação e gravidade do coronavírus.
	Notícia – Alexandre autoriza abertura de inquérito para	O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a

	investigar atos em favor do AI-5 disponibilizada 21.04.2020	instauração de inquérito, conforme requerido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), para investigar atos em favor do AI-5 e do fechamento das instituições. Ele também autorizou a realização das diligências solicitadas, mantendo a investigação em sigilo, como requerido pela PGR.
	Notícia – Ministro confirma decisão que mantém abertas lojas de conveniência em Niterói disponibilizada 21.04.2020	O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, confirmou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que permitia o funcionamento de lojas de conveniência em postos de combustíveis em Niterói, desde que respeitadas as orientações vigentes de prevenção ao contágio pela Covid-19.
	Notícia – DPU obtém alimentos e assistência médica a todas as comunidades indígenas do RS disponibilizada 21.04.2020	A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União têm prazo de cinco dias para abastecer todas as comunidades indígenas no Rio Grande do Sul com alimentos, insumos e equipamentos de proteção e prevenção de doenças. Ambas, no prazo de 30 dias, também devem registrar todos os indígenas no Cadastro Único do Governo Federal, para habilitá-los ao Bolsa-Família, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao recebimento de outros auxílios emergenciais em decorrência de calamidade pública.
	Notícia – Veja como fica o atendimento judicial no STJ após nova resolução disponibilizada 21.04.2020	O artigo apresenta como ficará o atendimento judicial no STJ com a publicação da Resolução STJ/GP 9.
	Notícia – OAB-SP negocia com plano de demissões durante epidemia disponibilizada 20.04.2020	A seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) está negociando com o sindicato da categoria um plano de demissões que inclui medidas como redução de salário e férias coletivas.
Migalhas	Notícia – Instituições se manifestam contra PLP sobre empréstimo compulsório disponibilizada 21.04.2020	Oito instituições enviaram nesta segunda-feira, 20, um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, com informações técnicas da OCDE - Organização para Cooperação ao Desenvolvimento Econômico para solicitar que não seja aprovado o PLP 34/20 – que pretende instituir empréstimo compulsório para atender às despesas urgentes causadas pela situação de calamidade pública relacionada ao coronavírus.
ANAMATRA	Notícias - CNJ prorroga regime de plantão no Poder Judiciário até 15 de maio, publicada em 20.04.2020	Resolução 314/2020 também prevê retomada de prazos em processos eletrônicos a partir do dia 4 de maio

		O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, nesta segunda (20/4), novo ato normativo dispondo sobre o trabalho do Poder Judiciário em virtude do quadro de pandemia do coronavírus. Na prática, a Resolução CNJ 314/2020 amplia o prazo de vigência da Resolução CNJ 313/2020 até o dia 15 de maio de 2020, ato normativo que estabeleceu o regime de Plantão Extraordinário em todos os órgãos do Poder Judiciário.
TST	Notícias - Confira os canais de atendimento do TST para o público externo, publicada em 20.04.2020.	As unidades judiciárias e administrativas continuam a prestar atendimento por meio de canais telefônicos e por e-mail. O Tribunal Superior do Trabalho suspendeu as atividades presenciais como medida preventiva de propagação do novo Coronavírus, conforme Ato 132/TST.GP/2020. No entanto, as unidades judiciárias e administrativas continuam a prestar atendimento ao público externo de forma remota, por meio de canais telefônicos e por e-mail. Advogados, membros do Ministério Público do Trabalho, partes de processos, profissionais de comunicação e a sociedade podem utilizar os telefones ou e-mails listados abaixo. O atendimento é das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.
	Notícias - TST realiza primeira sessão telepresencial de Turma na próxima quarta-feira (22), publicada em 20.04.2020.	O Tribunal Superior do Trabalho realiza, na próxima quarta-feira (22), pela primeira vez, uma sessão telepresencial de julgamentos. A partir das 9h, com transmissão em tempo real pelo canal do TST no YouTube, a Sétima Turma se reúne para julgar uma pauta de 13 processos. Desde 18/3, o TST suspendeu a realização de sessões presenciais, em razão da pandemia do coronavírus. Desde então, os processos vêm sendo julgados regularmente por meio do Plenário Virtual. Em 4/4, a direção do Tribunal, por meio do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT 159/2020, autorizou a realização de sessões de julgamentos telepresenciais por todos os órgãos julgadores (Turmas, Seções Especializadas, Órgão Especial e Tribunal Pleno), com valor jurídico equivalente ao das sessões presenciais. O documento assegura a publicidade dos atos praticados e todas as prerrogativas processuais dos advogados e das partes.

CNMP	Notícias - Conselheiros do CNMP debatem atuação da Justiça na crise da pandemia do coronavírus, publicada em 20.04.2020.	Na tarde desta segunda-feira, 20 de abril, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Otavio Luiz Rodrigues e Sandra Krieger participaram de uma mesa de debates no seminário virtual "As Regras Emergenciais em Tempos de Covid-19". O evento foi promovido pela TV Conjur e transmitido no site da TV Conjur. O seminário teve a curadoria do conselheiro e professor da Universidade de São Paulo (USP), Otavio Luiz, que mediou o evento. O objetivo do encontro foi discutir o papel dos sistemas de justiça na crise da pandemia do coronavírus. Em paralelo, foram analisados os problemas relativos aos condôminos e as soluções apresentadas pelo PL 1179. Também participaram o corregedor-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz; o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Geraldo Pinheiro Franco; o sócio do Demarest Advogados Sílvio Venosa; e o professor da USP Fernando Campos Scaff.
MPT/RJ	Notícia - MPRJ e Defensoria recorrem de decisão que negou pedido de liminar para desbloqueio dos leitos de UTI para pacientes de COVID-19, publicada em 21.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª, da 2ª, da 3ª, da 4ª e da 5ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, e a Defensoria Pública do Estado do Rio, apresentaram recurso contra a decisão da Justiça que negou liminar requerida em ação civil pública para que o Estado e o Município do Rio cumpram o cronograma de ampliação de leitos de UTI para pacientes de COVID-19 na cidade do Rio de Janeiro, desbloqueando e colocando em efetiva operação todos aqueles previamente programados no Plano Estadual de Contingência. O embargo de declaração à decisão ajuizada na segunda-feira (20/04) junto à 14a Vara de Fazenda Pública da Capital demonstra erro e contradição nos fundamentos utilizados pelo Juízo para indeferimento da liminar requerida.
	Notícia - MPRJ emite nota de esclarecimento sobre o entendimento institucional para fiscalização dos protocolos adotados por profissionais de saúde, publicada em 21.04.2020	Em relação à entrevista concedida pelo promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Campos dos Goytacazes ao RJ InterTV 2, no dia 20/04, sobre escolhas a serem feitas pelos profissionais de saúde no atendimento a pacientes diagnosticados com COVID-19, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio de sua Força Tarefa de atuação integrada na fiscalização

		das ações estaduais e municipais de enfrentamento à COVID-19 (FTCOVID-19/MPRJ) e do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Saúde (CAO-Saúde), emitiu nota para dar publicidade ao entendimento institucional acerca dos critérios que orientam os médicos na escolha de prioridade de disponibilização de tratamento com respiradores a pacientes com suspeita de infecção pelo novo coronavírus.
	Notícia - MPRJ apresenta diagnóstico de denúncias relacionadas ao Covid-19 recebidas pelo Disque-Denúncia, publicada em 21.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio de seu Centro de Pesquisas (CENPE/MPRJ), apresenta um diagnóstico das denúncias relacionadas ao Covid-19 recebidas pelo Disque-Denúncia no período entre os dias 16 de março e 9 de abril deste ano.
	Notícia - MPRJ expede recomendação conjunta com MPT e DPU para a defesa da saúde dos catadores em meio à pandemia de Covid-19, publicada em 20.04.2020	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ), em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (Núcleo de Meio Ambiente do Trabalho) e com a Defensoria Pública da União (Grupo de Trabalho de Promoção de Direitos das Catadoras e dos Catadores), expediu Recomendação Conjunta ao Município do Rio e à Comlurb com orientações para a defesa da saúde dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no contexto da pandemia de Covid-19.
STF	Notícia - Pauta do Plenário desta quarta-feira (22) traz ações sobre transporte e acesso à informação relacionadas à pandemia, disponibilizada em 22.04.2020	Transporte intermunicipal Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343, o partido Rede Sustentabilidade pede a suspensão de pontos das Medidas Provisórias 926/2020 e 927/2020 que tratam do transporte intermunicipal de passageiros e de outras medidas emergenciais adotadas pelo governo durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. O Tribunal vai decidir se referenda decisão do relator, ministro Marco Aurélio, que indeferiu pedido de liminar. Ele considerou que as alterações promovidas na Lei 13.979/2020 pelas medidas provisórias devem ser mantidas em vigor até aprovação pelo Congresso Nacional. Acesso à informação Estão pautadas três ADIs contra dispositivo da MP 928/2020, que muda as regras dos pedidos de acesso à informação de órgãos públicos. As ações questionam o artigo 6-B

		da Lei 13.979/2020, incluído pela medida provisória, que determina atendimento prioritário às solicitações previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) relacionadas com as medidas de enfrentamento da pandemia e suspende os prazos de resposta de órgãos cujos servidores estejam em regime de quarentena ou teletrabalho. O relator, ministro Alexandre de Moraes, suspendeu a eficácia do dispositivo questionado. A medida cautelar será submetida agora a referendo do Plenário. Renda mínima A pauta traz ainda a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 56, em que a Rede Sustentabilidade alega omissão legislativa para a criação de programa de renda mínima emergencial à população durante a pandemia. O ministro Marco Aurélio rejeitou a alegação. O Plenário vai decidir se mantém a decisão individual do relator. Funcionamento legislativo Também em pauta estão duas arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 661 e 663) que tratam do funcionamento de Casas legislativas durante a situação de excepcionalidade pela qual passa o país, abordando a dispensa dos parlamentares em situação de vulnerabilidade, restrições de acessos às dependências físicas, sistemas de deliberação remota e perda de eficácia de medidas provisórias por decurso de prazo para deliberação.
STJ	Notícia - Recomendação 62 do CNJ também se aplica a presos fora do grupo de risco da pandemia, disponibilizada em 22;04.2020.	Com base na Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre medidas de prevenção à disseminação do novo coronavírus (Covid-19), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior deferiu liminar para conceder prisão domiciliar a uma sentenciada de 23 anos e sem doenças crônicas. Para o relator, embora a detenta esteja fora do grupo de risco da doença, sua situação se enquadra nas disposições da recomendação do CNJ.
Prefeitura do Rio de Janeiro	Notícia – Coronavírus: prazo para requerer o licenciamento sanitário 2020 termina em dez dias, disponibilizada 22.04.2020	A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, alerta a empresários, comerciantes e profissionais liberais que o requerimento do Licenciamento Sanitário

		2020 deve ser feito até o próximo dia 30 de abril. A recomendação é que o procedimento seja feito o quanto antes, pois o não cumprimento deste prazo é passível de infrações, de acordo com o Código Sanitário do Município. No entanto, como forma de atenuar o impacto financeiro causado pelas medidas de enfrentamento do coronavírus (Covid-19), por decreto publicado no último dia 15, o prefeito Marcelo Crivella prorrogou por dois meses a data para o pagamento da taxa referente à Licença Sanitária de Funcionamento (LSF), que venceria também no próximo dia 30 e agora pode ser efetuado até 30 de junho.
	PORTARIA "P" N.º 16 - IHC/SUBH DE 17/04/2020, publicada no D.O em 22.04.2020	Dispõe sobre medidas emergenciais no âmbito da Subsecretaria de Habitação acerca de procedimentos quanto aos processos de licenciamento mediante a pandemia do COVID-19, e dá outras providências.

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados